

## **Nota do GT Racismo e Saúde sobre o Racismo Institucional sofrido cotidianamente por Parlamentares Negras**

O Grupo de Trabalho Racismo e Saúde que compõe a Associação Brasileira de Saúde Coletiva vem, por meio desta, repudiar veementemente as manifestações de racismo institucional direcionadas às deputadas negras na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e também em Brasília. As parlamentares tem sido discriminadas ao acessarem os serviços dos elevadores de uso exclusivo da Assembleia e até mesmo ao adentrarem o plenário da Câmara.

De acordo com a coluna de um conhecido jornalista, deputadas negras têm passado por discriminação seguidas vezes na ALERJ, inclusive já tentaram retirar uma delas do plenário sob a alegação de que aquele espaço é “só para deputados”. Quanto mais elevado o espaço de poder ocupado, mais fortemente o racismo se expressa. O racismo é um fenômeno sistêmico, estruturante e multidimensional. Ideologicamente, opera como substrato que exclui, marginaliza e atribui a negras e negros a subalternidade, fazendo com que episódios dessa natureza ocorram, se reproduzam e se naturalizem.

Práticas racistas são hediondas, abomináveis, criminosas e injustificáveis. Historicamente, negras e negros têm experimentado as mais variadas formas de interdição em espaços de poder. As mulheres negras, especialmente, vivenciam a dupla discriminação de raça e gênero o que tem levado a múltiplas violências contra esse segmento como a negação de direitos, invisibilidade, subordinação, subestimação, opressões históricas e interseccionais. Nesse sentido, militar, transitar em espaços legitimados de poder, conquistar mobilidade social para si e para as gerações futuras tem representado um abalo na estrutura racista/sexista/patriarcal no mundo e no Brasil, em particular. Os movimentos de mulheres negras têm se destacado na vanguarda de incontáveis lutas com vistas à desconstrução do racismo e de todas as formas de manutenção do status quo de grupos privilegiados.

O lugar da mulher negra no mundo e na política partidária se constitui numa nova forma de luta, de insurgência, possivelmente a mais importante delas. Essas mulheres protagonizam a construção de uma sociedade digna, na luta por igualdade e justiça. As parlamentares merecem respeito por seus direitos políticos, civis e sociais e as violências sofridas não podem ser naturalizadas e negligenciadas. Portanto, espera-se que a Assembleia Legislativa e até mesmo o Congresso Nacional, enquanto “Casas do Povo” e instituições que primam pela cidadania, reconheçam, apurem, responsabilizem, punam, rechacem práticas racistas e promovam ações de enfrentamento ao racismo nessas instituições que sirvam como modelo para as demais instituições, pois conforme está estabelecido na Constituição Brasileira, racismo é crime.